

***SIMULADO* - ESTILO IADES**
AGEPEN GO



Estratégia
Concursos



Simulado Especial

Simulado AGEPEN-GO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso AGEPEN-GO;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora IADES, com alternativas a,b,c,d e e.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-AGEPEN-GO-09-11>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

PORTUGUÊS

Amin Maalouf, autor libanês que mora na França e escreve em francês, tem refletido sobre a reação das "minorias étnicas", ou seja, os imigrantes, às pressões culturais conflitantes a que são submetidos no país em que foram morar. A conclusão de Maalouf é que, quanto mais os imigrantes percebem que as tradições de sua cultura de origem são respeitadas no país de adoção, e quanto menos eles próprios se veem antipatizados, odiados, rejeitados, atemorizados, discriminados e mantidos a distância por conta de sua identidade diferente, mais atraentes se tornam para eles as opções culturais do novo país, e menos rígida a forma como se apegam àquilo que os distingue. As observações de Maalouf, como ele sugere, são de máxima importância para o futuro do diálogo intercultural.

Com muita frequência, é o sentimento de ser mal acolhido e considerado culpado sem ter cometido crime, de se imaginar ameaçado e inseguro (dos dois lados da suposta fronteira, tanto entre os imigrantes quanto na população nativa), que se torna o principal e mais potente estimulante da suspeita mútua, seguida de separação e rompimento de comunicação — levando a teoria do multiculturalismo a degenerar na realidade do "multicomunitarismo"*. Não se trata de um problema único, mas de um desafio que nós, em particular os pedagogos, teremos de enfrentar por muito tempo ainda, pois não há perspectiva de que o influxo de "estranhos" diminua, e muito menos se interrompa — independentemente do que possam prometer os políticos que têm em mira a vitória na próxima eleição.

*comunitarismo: no discurso francês, é o conceito de uma população dividida em comunidades autônomas, parcialmente autogovernadas e fechadas em si mesmas.

BAUMAN, Zygmunt. Sobre educação e juventude. Conversas com Riccardo Mazzeo. Trad. Carlos Alberto Medeiros, 2013. (Adaptado)

01. Infere-se do primeiro parágrafo que:

- a) o imigrante só se sente feliz no novo país se tiver incentivo do governo local.
- b) o imigrante é integrado à cultura de um país quando a sociedade se mobiliza para tal.
- c) há muita discriminação com o imigrante nos países ricos.
- d) o respeito à cultura do país de origem motiva uma melhor integração do imigrante.
- e) a xenofobia é uma forma de prejudicar o imigrante ao novo país.

02. O texto caracteriza-se como:

- a) narrativo-expositivo
- b) descritivo-injuntivo
- c) dissertativo-argumentativo.
- d) preditivo
- e) dissertativo-expositivo

03. Quanto aos elementos linguísticos do segundo parágrafo, marque a alternativa **incorreta**:

- a) Os parênteses que separam a expressão "dos dois lados da suposta fronteira, tanto entre os imigrantes quanto na população nativa" podem ser substituídos por

travessões, mantendo-se o sentido e a correção gramatical.

- b) O vocábulo "que", na expressão "que se torna o principal e mais potente estimulante da suspeita mútua" é um pronome relativo e retoma a expressão anterior "população nativa".
- c) A preposição que inicia a expressão "de se imaginar ameaçado e inseguro" é decorrente da regência do substantivo "sentimento".
- d) A preposição que inicia a expressão "a degenerar na realidade do 'multicomunitarismo'" é decorrente da regência do verbo "levando".
- e) A expressão correlativa "tanto...quanto", em "tanto entre os imigrantes quanto na população nativa" apresenta valor de adição.

04. A conjunção "como", em "como ele sugere" (1º parágrafo) apresenta o seguinte valor semântico:

- a) comparação
- b) causa
- c) conformidade
- d) modo
- e) consequência

05. Apresenta o valor de indeterminação de sujeito o pronome sublinhado que se encontra na seguinte expressão:

- a) "de se imaginar ameaçado e inseguro" (2º parágrafo)
- b) "que se torna o principal e mais potente estimulante da suspeita mútua" (2º parágrafo)
- c) "Não se trata de um problema único" (2º parágrafo)
- d) "eles próprios se veem antipatizados" (1º parágrafo)
- e) "e muito menos se interrompa" (2º parágrafo)

06. Marque a alternativa correta quanto aos aspectos linguísticos do período abaixo do 1º parágrafo:

Amin Maalouf, autor libanês que mora na França e escreve em francês, tem refletido sobre a reação das "minorias étnicas", ou seja, os imigrantes, às pressões culturais conflitantes a que são submetidos no país em que foram morar.

- a) Como a expressão "autor libanês" é o aposto explicativo e está intercalado, cabe vírgula após "libanês", preservando-se o sentido e a correção gramatical.
- b) A locução verbal "tem refletido" encontra-se no tempo pretérito perfeito composto do indicativo, por isso é empregado como ação pontual no passado.
- c) A preposição "sobre" transmite valor de assunto, por isso pode ser substituída pela locução prepositiva "a despeito de".
- d) A expressão "das 'minorias étnicas'" tem valor agente, já a expressão "às pressões culturais conflitantes" tem valor paciente.
- e) O pronome relativo "que", na oração "a que são submetidos no país", retoma "pressões culturais

conflitantes”, por isso se pode substituir “a que” por **as quais**, mantendo-se o sentido e a correção gramatical.

07. Os trechos abaixo são livres afirmações sobre o tema do texto. Marque a alternativa, cuja pontuação está correta.

- a) Para quem não está, familiarizado com o termo, uma casa inteligente (ou Smart Home) é uma residência que incorpora sistemas avançados, de automação para facilitar a vida dos seus moradores ou, ainda oferecer maior controle e monitoramento sobre tudo o que acontece no local de forma remota.
- b) Fato é que as casas inteligentes deixaram de ser algo presente apenas em filmes futuristas e desenhos animados, como Os Jetsons, para se tornar uma realidade inclusive no Brasil.
- c) A gama de diferentes tecnologias domésticas, inteligentes disponíveis está se expandindo rapidamente, juntamente com o desenvolvimento de novos sistemas e sensores.
- d) Já existe um leque diversificado de dispositivos, no mercado que permitem controlar quase tudo a partir do seu smartphone, tablet ou computador.
- e) Desde a fechadura, da sua casa passando pela iluminação, ar condicionado, eletrodomésticos, e sua banheira praticamente tudo já pode ser automatizado e integrado.

08. Marque a alternativa em que a palavra “que” não apresenta valor anafórico.

- a) “Amin Maalouf, autor libanês **que** mora na França e escreve em francês, tem refletido sobre a reação das ‘minorias étnicas’...” (1º parágrafo)
- b) “...os imigrantes percebem **que** as tradições de sua cultura de origem são respeitadas no país de adoção...” (1º parágrafo)
- c) “...como se apegam àquilo **que** os distingue...” (1º parágrafo)
- d) “...mas de um desafio **que** nós, em particular os pedagogos, teremos de enfrentar por muito tempo ainda...” (2º parágrafo)
- e) “...possam prometer os políticos **que** têm em mira a vitória na próxima eleição” (2º parágrafo)

REALIDADE DE GOIÁS

09. O zoneamento foi uma das características marcantes do primeiro Plano Diretor da cidade de Goiânia. A divisão em áreas administrativa, industrial, residencial, comercial e rural era tida como uma das inovações do urbanismo moderno. Indique a alternativa que aponta corretamente a política federal de colonização do Centro Oeste, o governador do estado na criação da capita e onde ficava a antiga área industrial localiza-se na região:

- a) A Marcha para o Oeste, Pedro Ludovico e no norte da cidade, em virtude da futura instalação da Estrada de Ferro.
- b) A Marcha para o Oeste, Pedro Ludovico, sul da cidade, em função da presença de água.
- c) A Marcha para o Oeste, Mauro Borges e no oeste da cidade, em virtude do direcionamento dos ventos.
- d) A Expansão da Fronteira agrícola, leste da cidade, em virtude da presença de rede de estradas.

10. O bioma do cerrado distribuído pelo território nacional (1/3 da biota brasileira), no contexto da globalização da economia, está sofrendo violento processo de impactos ambientais em termos de degradação e destruição de significativos ecossistemas do território do país.

BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETTO, A.; GOMES, H. Geografia: Goiás-Tocantins. Goiânia: Editora da UFG, 2004, 2. ed. p. 144.

Os impactos ambientais nas áreas de vegetação natural dos cerrados goianos são causados pela:

- a) ampliação das áreas de produção agrícola, o que promoveu o desmatamento e a degradação ambiental, decorrente das práticas da agricultura intensiva.
- b) redução nos índices de precipitação pluviométrica e pelo aumento da temperatura do ar, decorrentes do aquecimento global.
- c) expansão urbana, responsável pelos maiores índices de desmatamento e de extinção de espécies da fauna e da flora do cerrado.
- d) inexistência de legislação estadual e federal que regulamente as políticas de preservação ambiental em áreas de cerrado.

11. O processo de ocupação e desbravamento do interior brasileiro talvez seja uma das etapas mais interessantes da formação social do Brasil no período colonial. As entradas e bandeiras que desbravaram o sertão estão na origem da formação dos primeiros núcleos urbanos no interior do país, como no caso da região de Goiás.

Sobre o processo de ocupação e povoamento de Goiás, é CORRETO afirmar:

- a) Até o início do século XVIII, a região do atual Estado de Goiás era desabitada e considerada território desconhecido tanto por portugueses quanto por indígenas, que ocupavam preferencialmente o litoral brasileiro.
- b) A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva foi a primeira expedição de exploração do atual território goiano, que lançou as bases para outros descobertos, como o das minas de Cuiabá.
- c) Por causa da grande distância a ser percorrida entre a região das minas dos Goyases e o Estado de São Paulo, foi pequena a utilização da mão de obra africana na região, ficando a extração aurífera sob o encargo de indígenas escravizados.

d) O curto período de exploração aurífera em Goiás deve-se ao rápido esgotamento dos veios auríferos localizados nos leitos dos rios e à técnica rudimentar utilizada na extração do ouro.

e) O declínio da produção aurífera trouxe poucos abalos à dinâmica social goiana, visto que já havia se estabelecido na região uma intensa atividade comercial e agrícola que sustentava o crescimento econômico local.

12. Quanto às regiões de planejamento do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

a) As regiões do nordeste goiano, do noroeste goiano e do oeste goiano estão entre as de menor densidade demográfica do estado.

b) Quanto à população residente, historicamente as regiões do sudeste goiano, do noroeste goiano e do centro goiano são as de menor contingente.

c) Tendo a cidade de Jaraguá, importante polo têxtil, como seu principal centro econômico, a região do centro goiano se caracteriza por situar-se ao longo do eixo da BR-153.

d) Na região do entorno do Distrito Federal, Luziânia é a "cidade mãe" de diversos municípios dela desmembrados, muitos ainda no século XIX.

e) Sediando municípios de grande importância para a indústria do turismo, o sul goiano destaca-se também como a área de maior produção de grãos do estado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

13. Guilherme retira simultaneamente 2 cartas de um baralho tradicional e 52 cartas. Sabendo que há 4 valetes nesse baralho, então a probabilidade de Guilherme retirar 2 valetes é um número entre:

a) 0 e 0,5%.

b) 0,5% e 1,0%.

c) 1,0% e 1,5%.

d) 1,5% e 2,0%.

e) 2,5% e 3,0%.

14. Para fazer o cadastro no Estratégia Cast, o novo app de aulas em áudios do Estratégia, o aluno deve criar uma senha formada por dois algarismos distintos e 2 letras minúsculas distintas, que devem ser escolhidas dentre as 10 primeiras letras do alfabeto. O total de senhas diferentes que podem ser criadas no Estratégia Cast é igual a:

a) 8.100

b) 16.200

c) 32.400

d) 48.600

e) 194.400

15. A proposição "Se sou assinante vitalício do Estratégia, então atinjo objetivos cada vez mais altos" é logicamente equivalente a

a) Não sou assinante vitalício do Estratégia ou atinjo objetivos cada vez mais altos.

b) Se não sou assinante vitalício do Estratégia, então não atinjo objetivos cada vez mais altos.

c) Se atinjo objetivos cada vez mais altos, então sou assinante vitalício do Estratégia.

d) Sou assinante vitalício do Estratégia e não atinjo objetivos cada vez mais altos.

e) Se sou assinante vitalício do Estratégia, então não atinjo objetivos cada vez mais altos.

16. Assinale a alternativa que representa o mesmo tipo de operação lógica que "Guilherme Neves é pernambucano ou cearense".

a) O professor gosta de música ou de matemática.

b) O agente penitenciário é goiano ou matemático.

c) O policial é professor ou matemático.

d) O delegado Bilynskyj faz crossfit ou natação.

e) O gato de Schrödinger está vivo ou morto.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

17. A ética pode ser compreendida como a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade. Em relação à implementação da ética nas organizações, assinale a alternativa incorreta.

a) O discurso da ética é incentivado por gestores que concordam que este valor deve nortear todas as condutas dos trabalhadores de inferior posição hierárquica na organização.

b) O código de ética tem como um de seus objetivos disciplinar a conduta do empregado.

d) O código de ética também prevê sanções para as faltas disciplinares.

e) Para uma maior adesão ao Código de ética é imprescindível o comprometimento dos empregados do alto escalão e o envolvimento de todos os empregados em sua elaboração.

18. Sobre a Moral:

- a) no sentido prático, tem finalidade divergente da ética, mas ambas são responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem.
- b) determina o caráter da sociedade e valores como altruísmo e virtudes, ensina a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade, e capacita o ser humano a competir com os antiéticos, utilizando os mesmos meios destes.
- c) diferencia-se da ética no sentido de que esta tende a julgar o comportamento moral de cada indivíduo no seu meio. No entanto, ambas buscam o bem-estar social.
- d) é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano, usadas eventualmente por cada cidadão, que orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.
- e) é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica.

19. O comportamento ético segue os princípios daquilo que é certo ou errado. Assim, se utilizar de sua influência pessoal para prejudicar um desafeto no ambiente de trabalho é exemplo de desvio de

- a) conduta relacionada à produção.
- b) propriedade.
- c) conduta de natureza política.
- d) manipulação.
- e) conduta relacionada à efetividade.

20. Assinale corretamente a alternativa que incorreta no que diz respeito à moral e à ética.

- a) Enquanto a ética está relacionada à reflexão, com caráter especulativo, a moral traduz essa reflexão em ação, tendo caráter normativo.
- b) Ética e moral dizem respeito a uma realidade humana construída histórica e socialmente por meio das relações coletivas dos seres humanos enquanto sociedade.
- c) A moral é um fenômeno social de caráter normativo, orientando a nossa conduta no dia a dia.
- d) A moral é a parte da filosofia que se ocupa do comportamento moral do homem. Ela engloba um conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa, que estão ligados à prática do bem e da justiça, aprovando ou desaprovando a ação do homem, de um grupo social ou de uma sociedade.
- e) A ética é ciência, voltada para o comportamento moral, e busca compreender e criticar a moral de uma sociedade. A ética é filosófica e científica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Suponha que o Presidente da República, diante de comoção grave de repercussão nacional, decida decretar uma medida para conter a crise e restabelecer a ordem. Nesse caso, uma possibilidade seria:

- a) A decretação do estado de defesa, após audiência prévia dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- b) A intervenção federal, a fim de manter a integridade nacional.
- c) A mobilização das Forças Armadas.
- d) A decretação do estado de sítio, após audiência prévia dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- e) A intervenção federal, a fim de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

22. Michael, cidadão estrangeiro, durante sua estadia no Brasil a serviço de uma empresa multinacional com sede em Goiânia, sofre efetivo constrangimento à sua liberdade de locomoção. Nessa situação, poderá ser impetrado:

- a) O habeas corpus preventivo, diretamente pela empresa para a qual Michael trabalha, com a assistência de advogado.
- b) O habeas corpus repressivo, diretamente pela empresa para a qual Michael trabalha, com ou sem a assistência de advogado.
- c) O habeas corpus suspensivo, podendo o juiz, nessa hipótese, expedir um salvo-conduto.
- d) O habeas corpus repressivo, por qualquer pessoa física, podendo o juiz, nessa hipótese, expedir um salvo-conduto.
- e) O habeas corpus preventivo, figurando Michael como sujeito passivo, sem a necessidade de assistência por advogado.

23. Genival encontrava-se em cumprimento de pena em regime fechado em uma penitenciária e, nos últimos meses, vinha experimentando mudanças de comportamento bruscas e tentado se suicidar duas vezes. Em uma tarde de quinta-feira, Genival foi encontrado sem vida dentro de sua cela, tendo a perícia apontado o suicídio como a causa mais provável da morte. Nessas condições, pode-se dizer que:

- a) Aplica-se a teoria do risco integral ao caso devendo, o Estado, responder pela morte do detento.
- b) O Estado deverá ser responsabilizado, diante da comprovação da omissão do dever constitucional de proteção à integridade do preso.
- c) Ainda que presente o nexo causal entre a morte e a omissão do Estado, o dever de proteção restringe-se às garantias mínimas de segurança, conforto e higiene no estabelecimento, não tendo o Estado qualquer obrigação de impedir o suicídio dos presos.
- d) O Estado somente poderia ser responsabilizado caso comprovado o envolvimento de algum agente penitenciário na morte de Genival.
- e) O Estado somente poderia ser responsabilizado caso comprovado que a inexistência de condições de humanidade mínimas para o encarceramento concorreu para a causa da morte de Genival.

24. Determinado Estado da Federação deseja desmembrar-se para formar duas novas unidades federadas, obtendo resultado plebiscitário favorável à iniciativa. A Assembleia Legislativa respectiva, ao deliberar sobre a alteração da estrutura do ente, manifestou-se, igualmente, de maneira positiva. Dessa forma, a criação dos novos Estados:

- a) Está garantida, uma vez que, ao contrário da oitava da Assembleia Legislativa, o resultado do plebiscito, seja ele qual for, já vincula o órgão competente para formalizar a referida modificação.
- b) Está garantida, uma vez que, ao contrário do resultado do plebiscito, a manifestação da Assembleia Legislativa vincula o órgão competente para formalizar a referida modificação.
- c) Depende, ainda, de aprovação do Congresso Nacional por meio de Lei Ordinária, uma vez que nem o Plebiscito nem a oitava da Assembleia Legislativa têm o condão de determinar, por si só, a alteração pretendida.
- d) Depende, ainda, de aprovação do Congresso Nacional por meio de Lei Complementar, uma vez que somente o resultado desfavorável do Plebiscito teria o condão de impedir, por si só, a alteração pretendida.
- e) Está garantida, uma vez que, ao contrário da oitava da Assembleia Legislativa, o resultado do plebiscito, desde que favorável, já vincula o órgão competente para formalizar a referida modificação.

25. Suponha que a Constituição do Estado de Goiás venha a ser emendada para incluir novas hipóteses definidoras de crimes de responsabilidade praticados pelo Governador. Nessas condições, assinale a

alternativa que se encontra em consonância com o que preleciona a Constituição Federal e com o posicionamento jurisprudencial sobre a matéria:

- a) A emenda padecerá do vício de inconstitucionalidade, já que as hipóteses configuradoras de crimes de responsabilidade praticados por chefes do Poder Executivo, presentes na CF/88, são de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.
- b) A emenda padecerá do vício de inconstitucionalidade, já que o assunto se insere no âmbito da competência legislativa privativa da União.
- c) A emenda padecerá do vício de inconstitucionalidade, já que a matéria deve ser regulada por meio de Lei Complementar Estadual.
- d) A emenda não apresenta qualquer irregularidade no tocante à competência para regular a matéria, uma vez que os Estados possuem a capacidade de auto-organização, autolegislação e autogoverno detendo, portanto, plena autonomia para processar e julgar os membros de seus Poderes.
- e) A emenda padecerá do vício de inconstitucionalidade, já que os Estados poderão legislar sobre questões específicas relativas ao tema, desde que respeitadas as normas gerais editadas pela União.

26. Determinada lei estadual prevê a obrigatoriedade de reserva de 3% das vagas presentes em editais de concursos públicos para pessoas com deficiência, além de determinar que 15% dos cargos em comissão deverão ser ocupados por servidores de carreira. Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- a) A lei é inconstitucional, à medida que estabelece percentual inferior ao mínimo exigido constitucionalmente para a reserva de vagas para deficientes.
- b) A lei é inconstitucional, uma vez que estabelece percentual inferior ao mínimo exigido para a reserva de vagas para deficientes e por contrariar a norma que impõe a obrigatoriedade de ocupação dos cargos em comissão por servidores efetivos.
- c) Não há qualquer indício de inconstitucionalidade na referida lei, uma vez que a Constituição confere relativa liberdade ao legislador infraconstitucional no que diz respeito à fixação dos mencionados percentuais.
- d) Não há qualquer indício de inconstitucionalidade no que se refere aos cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração e, nessa qualidade, dispensam o cumprimento de quaisquer outros requisitos adicionais.
- e) A lei é inconstitucional especificamente no que diz respeito aos cargos demissíveis *ad nutum*, que devem ser, obrigatoriamente, ocupados por servidores efetivos.

27. Em relação às competências do Supremo Tribunal Federal, elencadas na Constituição da República, assinale a afirmativa correta:

- a) O Controle de Constitucionalidade exercido pela Suprema Corte é exclusivamente o concentrado, ficando o controle difuso reservado aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- b) Os crimes de responsabilidade cometidos por Ministros de Estado serão, via de regra, julgados pelo Supremo.
- c) O STF será competente para julgar os mandados de segurança contra atos dos Tribunais Superiores.
- d) Caberá ao STF o julgamento de ato ou lei de governo local contestado em face de lei federal.
- e) O STF será competente para julgar os conflitos entre entes federados e Organismos Internacionais.

DIREITO AMINISTRATIVO

28. Em relação à organização administrativa, em especial à administração direta e indireta, é correto afirmar que:

- a) as autarquias, fundações públicas e secretarias estatuais integram a administração indireta.
- b) a administração direta é formada pelas entidades administrativas, com ou sem personalidade jurídica, tais como autarquias e órgãos públicos.
- c) a administração indireta é composta pelas entidades administrativas dotadas de personalidade jurídica própria, como é o caso das autarquias, fundações públicas e das empresas estatais.
- d) os ministérios, as autarquias e as empresas públicas integram a administração direta federal e estadual.
- e) fundações públicas e privadas, assim como autarquias e empresas públicas integram a administração indireta em âmbito federal.

29. Quanto aos atributos dos atos administrativos, assinale a alterativa **incorreta**.

- a) a imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de concordância.
- b) a autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- c) a tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- d) a presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei, presumindo-se, até que se prove em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.
- e) a presunção de legitimidade e de veracidade autoriza que os atos administrativos se imponham a terceiros, mediante uso da força, caso necessário, por se tratar de presunção absoluta.

30. Autoridade administrativa, em exercício de seu poder de controle e fiscalização, analisou e reviu atos de servidor subordinado, constatando diversas irregularidades que deveriam ser anuladas, em decorrência de ilegalidades encontradas. O poder administrativo que autoriza a revisão e o controle pelo superior dos atos de seus subordinados é o poder

- a) disciplinar.
- b) hierárquico.
- c) discricionário.
- d) de polícia.
- e) regulamentar.

31. De acordo com as disposições constitucionais acerca dos agentes públicos, é correto afirmar que

- a) a acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, exceto nos casos em que houver compatibilidade de horários, e desde que se trate, entre outras hipóteses, de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro técnico ou científico ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão excepcionalmente ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- c) a proibição de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- d) a investidura em qualquer cargo ou em qualquer emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem exceções, portanto.
- e) são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

32. De acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, são hipóteses que autorizam a inexigibilidade de licitação, exceto:

- a) a aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- b) a aquisição de gêneros que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo, vedada a preferência de marca.
- c) a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) a contratação de serviços técnicos, como o de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória

especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

e) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

33. Determinado agente público foi flagrado utilizando um trator, de propriedade do ente público em que trabalha, em obras de reforma de seu sítio no interior do Estado de Goiás. Tal fato foi amplamente divulgado na imprensa, e após as devidas apurações, o servidor está respondendo a processo por improbidade administrativa. Sobre a conduta do servidor, a Lei de Improbidade prevê que

a) referido ato importou no enriquecimento ilícito do servidor, de forma que deverá ficar demonstrado que houve dolo ou, ao menos, culpa na conduta ímproba.

b) o ato praticado pelo servidor importou em prejuízo ao erário, modalidade que somente pode ficar configurada se comprovado o dolo na conduta do agente.

c) o servidor pode sofrer as sanções de suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, e de pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial, dentre outras sanções previstas na lei.

d) o servidor poderá ser condenado ao pagamento de multa e perda dos valores acrescidos, mas não à perda da função pública.

e) a ação destinada a levar a efeito as sanções por improbidade podem ser propostas até três anos após o término do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

34. No Brasil, vigora a responsabilidade objetiva do Estado, na modalidade de risco administrativo, prevista no art. 37, § 6º da Constituição Federal. Sobre esse tema, podemos afirmar que

a) as empresas públicas e sociedades de economia mista não se enquadram nessa forma de responsabilização, pois são regidas pelo direito privado e respondem com base nas normas da legislação civil.

b) as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos respondem sob essa modalidade de responsabilização, ao passo que as que explorem atividades econômicas respondem com base em regras de direito privado.

c) tanto as autarquias e fundações públicas quanto as empresas estatais se submetem a esse tipo de responsabilização, independentemente da atividade que exerçam.

d) a responsabilidade objetiva do Estado abrange os atos cometidos tanto por ação quanto por omissão estatal, em qualquer hipótese.

e) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes causarem a

terceiros, com base em regras de direito público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.

DIREITO PENAL

35. José, brasileiro, em viagem à Argentina, agride o cidadão uruguaio Juan, causando-lhe lesão corporal gravíssima.

Neste caso, em relação ao crime praticado:

a) Será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade passiva, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade hipercondicionada.

b) Será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade condicionada.

c) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

d) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da defesa ou proteção.

e) Não será aplicável a lei penal brasileira

36. Consideram-se como extensão do território nacional:

a) As embarcações e aeronaves brasileiras privadas, onde quer que se encontrem.

b) As embarcações e aeronaves brasileiras públicas, onde quer que se encontrem.

c) As embarcações e aeronaves brasileiras, públicas ou privadas, desde que estejam em alto-mar ou no espaço aéreo correspondente.

d) Apenas as aeronaves públicas brasileiras, ou a serviço do Governo brasileiro.

e) Apenas as embarcações públicas brasileiras, ou a serviço do Governo brasileiro.

37. A Constituição Federal estabelece que "nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido".

Tal disposição concretiza o princípio:

a) da proporcionalidade

b) da humanidade

c) da individualização da pena

d) da intranscendência da pena

e) da *ultima ratio*

38. José, servidor público, valendo-se das facilidades proporcionadas por sua qualidade de servidor, entrou no prédio da repartição à noite, apresentando sua carteira funcional ao vigilante, alegando que havia esquecido sua carteira no gabinete. Após entrar no local, subtraiu diversos pertences da administração pública, que estavam guardados em outro setor.

Neste caso, é correto afirmar que José:

- a) praticou crime de peculato-apropriação, em sua forma consumada, mas terá sua punibilidade extinta caso repare o dano até a sentença irrecorrível
- b) praticou crime de peculato-apropriação, em sua forma consumada, mas a reparação do dano não terá o condão de gerar a extinção da punibilidade
- c) praticou crime de peculato-furto, em sua forma consumada, mas terá sua punibilidade extinta caso repare o dano até a sentença irrecorrível
- d) praticou crime de peculato-furto, em sua forma consumada, mas a reparação do dano não terá o condão de gerar a extinção da punibilidade
- e) praticou o crime de furto consumado.

39. José curtia uma festa quando, já alterado pelos efeitos do álcool ingerido em excesso, ofendeu a honra de Maria, chamando-a de "pilantra", "vagabunda" e "ladra".

Neste caso, José:

- a) deverá responder pelo crime de injúria
- b) deverá responder pelo crime de difamação
- c) deverá responder pelo crime de calúnia
- d) deverá responder pelos crimes de injúria e calúnia
- e) não deverá responder por crime contra a honra, caso comprove que suas alegações são verdadeiras.

40. José e Pedro, maiores e capazes, subtraíram R\$ 2.500,00 pertencentes ao pai do primeiro, um senhor humilde, de 64 anos de idade. Duas horas após a subtração, foram presos em flagrante pela polícia, pois a ação criminosa foi flagrada pelas câmeras de segurança da casa da vítima, tendo sido o valor integralmente recuperado.

Neste caso:

- a) José e Pedro deverão responder pelo crime de furto simples consumado
- b) José e Pedro deverão responder pelo crime de furto simples tentado
- c) José e Pedro deverão responder pelo crime de furto qualificado consumado
- d) Pedro deverá responder pelo crime de furto qualificado consumado, sendo José isento de pena, pelo parentesco com a vítima
- e) Pedro deverá responder pelo crime de furto qualificado tentado, sendo José isento de pena, pelo parentesco com a vítima

41. De acordo com as disposições expressamente previstas no Código Penal, o aborto, quando praticado dolosamente pela gestante, ou por terceira pessoa, constitui fato típico. Todavia, de acordo com a literalidade do CP, não se pune o aborto quando:

- a) praticado pela própria gestante, nos 03 primeiros meses de gestação.
- b) praticado por terceira pessoa, ainda que não seja médico, se a gravidez é decorrente de estupro, ainda que não haja consentimento da gestante.
- c) praticado por médico, se não há outro meio de salvar a vida da gestante, desde que haja consentimento desta.
- d) praticado por médico, se a gravidez é decorrente de estupro, ainda que não haja consentimento da gestante.
- e) praticado por médico, se não há outro meio de salvar a vida da gestante, ainda que não haja consentimento desta.

42. De acordo com o art. 129, §2º do Código Penal, considera-se que há lesão corporal gravíssima quando resulta:

- a) Incapacidade para o trabalho por mais de 30 dias
- b) Incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias
- c) debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- d) deformidade permanente.
- e) aceleração de parto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. José responde a processo criminal pela prática do crime de roubo, tendo sido determinada sua citação, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Após a apresentação da resposta à acusação, entrou em vigor nova lei processual, alterando o prazo de apresentação da resposta à acusação para 05 dias. Após isto, o MP requereu a inclusão do réu Pedro no processo, tendo sido determinada sua citação para apresentação de resposta à acusação.

Neste caso:

- a) O prazo para a apresentação de resposta à acusação por parte de Pedro será o da nova lei, mas José não terá que apresentar novamente sua resposta à acusação.
- b) O prazo para a apresentação de resposta à acusação por parte de Pedro será o da nova lei, e José terá que apresentar novamente sua resposta à acusação.
- c) O prazo para a apresentação de resposta à acusação por parte de Pedro será o da lei antiga, pelo princípio da irretroatividade da lei processual.
- d) O prazo para a apresentação de resposta à acusação por parte de Pedro será o da lei antiga, pelo princípio do *tempus regit actum*.
- e) O prazo para a apresentação de resposta à acusação por parte de Pedro será o da lei antiga, pelo princípio da temporalidade da lei processual penal.

44. José está preso e é investigado em inquérito policial pela prática do crime de furto qualificado praticado em desfavor da Caixa Econômica Federal, sendo crime de competência da Justiça Federal; Pedro, por sua vez, está solto, sendo investigado em inquérito policial pela prática do crime de lesão corporal gravíssima.

Neste caso, é correto afirmar que o inquérito policial, nos casos de José e Pedro, deverá se encerrar, respectivamente, nos prazos de:

- a) 10 dias e 15 dias
- b) 15 dias e 30 dias
- c) 15 dias, em ambos os casos
- d) 30 dias, em ambos os casos
- e) 10 dias e 30 dias

45. José foi investigado em inquérito policial, pela suposta prática do crime de homicídio doloso consumado, em tese praticado contra Maria. Ao final das investigações, o MP requereu o arquivamento do IP, por falta de base para a denúncia, eis que não havia indícios suficientes de autoria.

Neste caso:

- a) a própria autoridade policial poderia ter determinado o arquivamento do IP
- b) será possível a retomada futura das investigações pela autoridade policial, desde que haja notícia da existência de prova nova e autorização judicial para tanto
- c) será possível a retomada futura das investigações pela autoridade policial, desde que haja notícia da existência de prova nova, independentemente de autorização judicial para tanto
- d) será possível a retomada futura das investigações pela autoridade policial, ainda que não haja notícia da existência de prova nova
- e) não será possível a retomada futura das investigações, pois o arquivamento do IP fez coisa julgada material.

46. José foi encontrado, logo depois do crime, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que fazem presumir ser ele o autor de um crime de roubo praticado 03h antes. José, neste caso:

- a) encontra-se em situação de flagrante presumido ou ficto
- b) encontra-se em situação de flagrante próprio
- c) encontra-se em situação de flagrante impróprio
- d) encontra-se em situação de flagrante esperado
- e) não se encontra em situação de flagrante delicto

47. A autoridade policial tomou conhecimento de que fora praticado determinado crime de homicídio doloso tentado, em tese praticado por José. Dentre as providências que a autoridade policial deve adotar, NÃO se encontra:

- a) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, antes da chegada dos peritos criminais
- b) ouvir o indiciado
- c) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- d) colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias
- e) determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

48. No que tange à fiança, é correto afirmar que a autoridade policial:

- a) Não poderá arbitrar fiança.
- b) Somente poderá arbitrar fiança quando se tratar de infração de menor potencial ofensivo.
- c) Somente poderá arbitrar fiança quando se tratar de infração penal cuja pena máxima seja inferior a 04 anos de privação da liberdade.
- d) Somente poderá arbitrar fiança quando se tratar de infração penal cuja pena máxima não seja superior a 04 anos de privação da liberdade.
- e) Somente poderá arbitrar fiança em se tratando de crime culposos.

49. Maria foi vítima de um crime de ação penal privada, praticado por José e Pedro, no dia 10.06.2018. No dia do crime, Maria ainda não sabia que os infratores eram José e Pedro, só tendo descoberto a autoria no dia 11.12.2018. No dia 05.03.2019, Maria ajuizou queixa-crime em desfavor de ambos. No curso do processo, porém, Maria ofereceu o perdão em favor de José, silenciando no que tange a Pedro.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Houve decadência do direito de queixa
- b) Não houve decadência, mas houve renúncia em favor de José, que não se estende a Pedro.
- c) Não houve decadência, mas houve renúncia em favor de José, que se estende a Pedro.
- d) Houve perdão do ofendido em favor de José, que se estende a Pedro, produzindo efeitos em relação a ambos, independentemente de aceitação.
- e) Houve perdão do ofendido em favor de José, que se estende a Pedro, produzindo efeitos apenas em relação àquele que aceitar o perdão.

50. O MP ofereceu denúncia em face de José, pela prática do crime de roubo simples, cuja pena é de reclusão de 04 a 10 anos de reclusão e multa, sem requerer, contudo, a decretação da prisão preventiva do denunciado. O Juízo, todavia, recebe a denúncia e decreta a prisão preventiva do réu para a garantia da ordem pública, dado o alto risco de reiteração delitiva.

Neste caso, a decisão do Juízo, ao decretar a prisão preventiva, foi:

- a) correta.
- b) incorreta, eis que o Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de ofício.
- c) incorreta, eis que a garantia da ordem pública não é fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva.
- d) correta, pois ao Juiz sempre é permitido decretar a prisão preventiva de ofício.
- e) incorreta, eis que a prisão preventiva é incabível em relação ao delito praticado.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

51. Sobre a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965), analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a três anos.
- II. Considera-se autoridade, para os efeitos da lei de abuso de autoridade, quem exerce cargo, emprego ou função pública remunerada, de natureza civil, ou militar.
- III. A ação penal depende de denúncia do Ministério Público.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) nenhuma das afirmativas.

52. De acordo com a Lei. 11.343 de 2006, a conhecida Lei de Drogas, indica que quando houver interesse público, alguns tipos de bens apreendidos podem ser utilizados pelos órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público e garantida a prévia avaliação dos respectivos bens. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz, no prazo de 30 (trinta) dias contado da comunicação, determinará a alienação dos bens apreendidos, incluindo-se as armas que deverão primeiramente ser registradas na Polícia Federal.
 - b) A alienação será realizada em autos apartados, dos quais constará a exposição sucinta do nexos de instrumentalidade entre o delito e os bens apreendidos, a descrição e especificação dos objetos, as informações sobre quem os tiver sob custódia e o local em que se encontrem
 - c) O juiz determinará a avaliação dos bens apreendidos, que será realizada por oficial de justiça, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da autuação, ou, caso sejam necessários conhecimentos especializados, por avaliador nomeado pelo juiz, em prazo não superior a 10 (dez) dias.
 - d) Feita a avaliação, o juiz intimará o órgão gestor do Funad, o Ministério Público e o interessado para se manifestarem no prazo de 5 (cinco) dias e, dirimidas eventuais divergências, homologará o valor atribuído aos bens.
 - e) Os bens móveis e imóveis devem ser vendidos por meio de hasta pública, preferencialmente por meio eletrônico, assegurada a venda pelo maior lance, por preço não inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial.
- 53.** No que concerne à Lei que trata dos crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações), assinale a alternativa correta.
- a) A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena, se o apenado for primário.
 - b) O crime de homicídio simples é considerado hediondo.
 - c) O roubo qualificado é considerado hediondo.
 - d) O sistema adotado pela legislação brasileira para rotular uma conduta como hediondo é o sistema legal.
 - e) Dentre os crimes equiparados aos hediondos estão: tortura, tráfico ilícito de drogas e racismo.

54. Senhor X, titular e responsável legal de estabelecimento comercial, obteve o Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF), com validade em todo o território nacional. Sobre o CRAF assinale a alternativa correta.

- a) Autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior (ou dependências) de sua residência ou domicílio, mas não, no seu local de trabalho, apesar de ser o titular e responsável legal pelo estabelecimento.
- b) Autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior (ou dependências) de sua residência ou domicílio, ou, ainda, no seu local de trabalho ou veículo pessoal, já que é o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento.
- c) Autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou na dependência desses e levá-la consigo nos deslocamentos dentro do Estado em que reside e, também no seu local de trabalho.
- d) Autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
- e) Autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de seu local de trabalho, já que é o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento, sendo vedado mantê-la no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses.

55. Sobre os crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997) assinale a alternativa incorreta:

- a) A tortura, é um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, mas não é imprescritível!
- b) O termo tortura também designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões.
- c) O crime de tortura em todas as suas modalidades não admite o arrependimento eficaz e nem o arrependimento posterior
- d) O crime de tortura é de ação penal pública incondicionada.
- e) A lesão corporal leve é qualificadora do crime de tortura

DIREITOS HUMANOS

56. Considerando os dispositivos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- b) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
- c) Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país, sempre de forma direta.
- d) Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- e) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais.

57. Segundo as Regra mínimas para o tratamento de pessoas presas, da ONU, o encontro entre reclusos e seus respectivos advogados:

- a) pode ocorrer à vista dos agentes prisionais, que também podem ouvir a conteúdo da conversa.
- b) não pode ocorrer à vista dos agentes prisionais, devendo ocorrer em local reservado.
- c) não pode ocorrer à vista dos agentes prisionais, mas o conteúdo da conversa pode ser gravado.
- d) pode ocorrer à vista dos agentes prisionais, mas não podem ser ouvidas por estes.
- e) pode ser proibido arbitrariamente pelo diretor do presídio.

58. São Diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), EXCETO

- a) Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas privativas liberdade e melhoria do sistema penitenciário.
- b) Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.
- c) Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório.
- d) Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos.
- e) Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.

59. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais expressamente previstos no texto constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, conforme fixar decreto regulamentar.
- b) a média propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento
- c) decreto do Chefe do Executivo prescreverá punições a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- d) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, desde que militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático
- e) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

60. Assinale a alternativa que contém um direito dos trabalhadores expressamente previsto na Constituição da República de 1988:

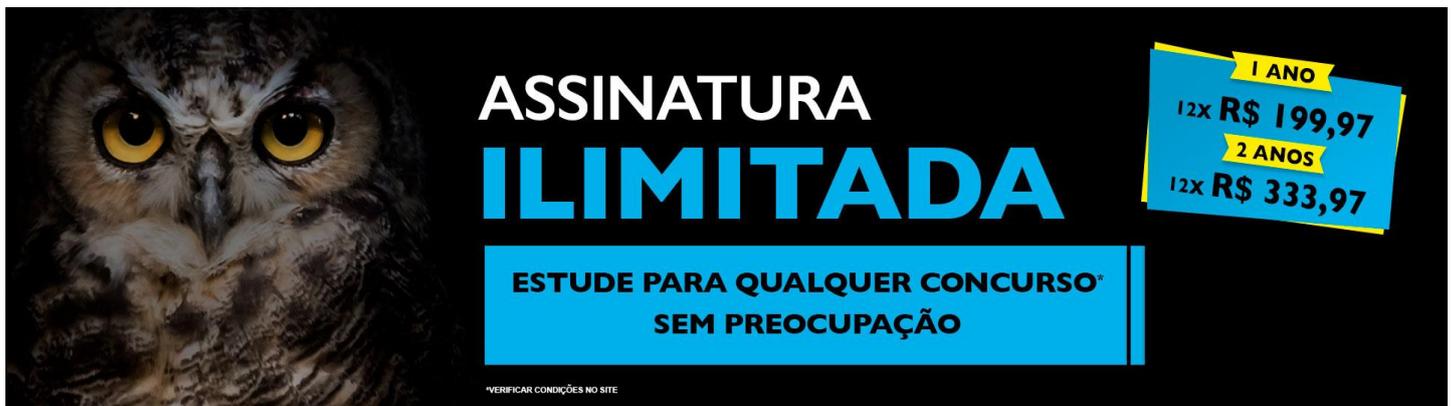
- a) equiparação do salário do trabalho diurno com o noturno.
- b) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- c) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.
- d) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada a alteração por meio de negociação coletiva;
- e) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias;

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-AGEPEN-GO-09-11>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE